

**DETALHAMENTO DAS NOTAS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DO ART. 19 DO EDITAL
N. 001/2020 – LINHA DE PESQUISA 3**

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 03, Mestrado, Prof. Raquel)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLEMATICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	
A prática da argumentação no Direito: o paralelo entre a Decisão Judicial fundamentada e a teoria da argumentação de Toulmin	2	2	1,5	2	2	9,5
A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO ADVOGADO NO ESTADO DO BRASIL COLONIAL: ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO ATUANTES NO TERRITÓRIO QUE ATUALMENTE COMPÕE O ESTADO BRASILEIRO DO CEARÁ ENTRE 1699 E 1822	2	2	2	2	1	9

A SÚMULA No 63 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ: A (IN)EXISTÊNCIA DE UM CRITÉRIO EXCEPCIONAL PARA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO	2	2	1,5	1,5	2	9
A TEORIA DOS PRECEDENTES EM UMA ÉPOCA SEM PRECEDENTES: PANDEMIA DE COVID-19, SEGURANÇA JURÍDICA, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DO DIREITO	2	2	1,5	1,5	2	9
A TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES E A EFICÁCIA VINCULANTE NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2	2	1,5	1,5	2	9
AS VIÚVAS PROPRIETÁRIAS: A CONDIÇÃO JURÍDICA DA MULHER NO CEARÁ SETECENTISTA	2	2	2	2	1	9
Indeterminação do sentido das Normas Jurídicas e Hermenêutica Constitucional: Uma análise da legitimidade democrática dos discursos judiciais na utilização do método da Interpretação Conforme a Constituição.	2	2	1,5	1,5	2	9
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE DECISÕES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO	2	1	2	2	2	9

O PROTAGONISMO DA DECISÃO JUDICIAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO: REFLEXÕES HERMENÊUTICAS SOBRE A (RE)ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO A PARTIR DO DIREITO FUNDAMENTAL À UMA DECISÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA.	2	2	2	1	2	9
A CONSTITUCIONALIDADE DO JUIZ DAS GARANTIAS: NOVA FUNÇÃO DENTRO DO PROCESSO PENAL E SUA APTIDÃO PARA EFETIVAR DIREITOS FUNDAMENTAIS.	2	1,5	1,5	1,5	2	8,5
A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA.	2	1,5	1	2	2	8,5
DIRIGISMO CONSTITUCIONAL NO BRASIL: MEMÓRIA E PROJETO, EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVA NA CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUINTE DE 1988	2	1	1,5	2	2	8,5
MEDIAÇÃO JURÍDICA MODERNA: MÉTODO ALIADO A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	2	1,5	1,5	1,5	2	8,5
O JUIZ DAS GARANTIAS NA CONSTITUIÇÃO E NA PRÁTICA: ANÁLISE DA EFETIVA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM COMARCAS DE VARA ÚNICA NO MARANHÃO	1,5	2	1,5	1,5	2	8,5

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO PENAL: O PARADIGMA DA EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA EM FACE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	2	2	1	1,5	2	8,5
ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA INCIDÊNCIA NO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS 124 306/RJ.	2	2	1,5	1,5	1	8
BUSCA DE PADRÕES PARA A SEPARAÇÃO ENTRE JUSTIÇA E SOLIPSISMO NO ÂMBITO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO: BASES PARA UM MODELO QUE NORTEIE AS DECISÕES JURÍDICAS NACIONAIS	2	1,5	1,5	1,5	1,5	8
DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM JUÍZO UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DAS DECISÕES EXARADAS PELA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS	2	1,5	1,5	1,5	1,5	8
ESTADO DE EXCEÇÃO E BIOPOLÍTICA: O CASO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO CEARENSES DE 1932	1	2	2	2	1	8
O IMPACTO JURÍDICO-POLÍTICO DA PRISÃO PREVENTIVA EM ANO ELEITORAL	2	1	1	2	2	8

TELEAUDIÊNCIAS CRIMINAIS: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DA EFETIVIDADE	2	2	1	1	2	8
DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS: OS LIMITES DO CONTROLE DISCIPLINAR SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	2	1	1	1,8	2	7,8
A RESSIGNIFICAÇÃO DO JUIZ NATURAL DIANTE DA COOPERAÇÃO JURÍDICA NACIONAL: GARANTIAS PROCESSUAIS E TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA	2	1	1	1,5	2	7,5
DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE: REGULAÇÃO DAS FAKE NEWS À LUZ DO PLURALISMO POLÍTICO	2	1	1	1,5	2	7,5
DO RECONHECIMENTO À EFETIVIDADE: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E SEU POTENCIAL PARA SOLUCIONAR LITÍGIOS ESTRUTURAIS NO BRASIL.	1	2	1	1,5	2	7,5
O CONTROLE JUDICIAL DA IMUNIDADE PARLAMENTAR NA INTERNET: OS PARLAMENTARES SÃO PROTEGIDOS PELA IMUNIDADE NA DIVULGAÇÃO DE FAKE NEWS?	2	1	1	2	1,5	7,5

O PODER PRINCIPESCO E A ORDEM DA GRAÇA NA AMÉRICA PORTUGUESA: ASPECTOS DA FLEXIBILIDADE JURÍDICA NOS INSTITUTOS JURÍDICOS DA DISPENSA DA LEI, DO PERDÃO RÉGIO E DA CONCESSÃO DE MERCÊS, SÉCULOS XVII-XIX	2	1	1	2	1,5	7,5
SEGURANÇA JURÍDICA DAS DECISÕES JUDICIAIS COM USO DA JURIMETRIA DIGITAL	2	1	1	1,4	2	7,4
DEMOCRACIA HACKEADA: DADOS E DESINFORMAÇÃO EM CAMPANHAS ELEITORAIS	2	1	1	1,3	2	7,3
A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E O DIREITO FUNDAMENTAL AO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO: parâmetros para o controle judicial de atos legislativos que violem normas regimentais.	2	1,5	1	1	1,5	7
AUTOCONTENÇÃO SOCIAL DO DISCURSO DE ÓDIO NO BRASIL: PARÂMETROS PARA UM CONTROLE POPULAR DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	1,5	1,5	1	1,5	1,5	7
DEMOCRACIA E FAKE NEWS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO NO VOTO E NO PROCESSO REPRESENTATIVO ELEITORAL BRASILEIRO	2	1	1	1,5	1,5	7

DO SUFRAGISMO À CONSTITUINTE: REFLEXÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO PROCESSO DE (RE)DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA SOB O ENFOQUE FEMINISTA.	1	2	1	1	2	7
OS IMPACTOS DO EFEITO BACKLASH E DAS MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO	2	1	1,5	1,5	1	7
PSEUDOTUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DECORRENTE DA LEGISLAÇÃO PENAL SIMBÓLICA	2	1	1	1,5	1,5	7
O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	1,5	0,9	1,8	0,9	1,7	6,8
ANÁLISE SOBRE A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA – CEARÁ.	2	1	1	1,7	1	6,7
CANNABIS NO BRASIL: UMA QUESTÃO DE POLÍCIA E DE SAÚDE PÚBLICA	2	1,5	1	1	1	6,5
CONCEITO E EFICÁCIA DO PRECEDENTE JUDICIAL NO BRASIL	2	1,5	1	1	1	6,5
O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO	2	1	1	1,5	1	6,5

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E A ATIVIDADE DOS MEDIADORES E CONCILIADORES COMO FORMA DE ACESSO A JUSTIÇA NO ESTADO DO CEARA	1,5	1,5	1	1	1,5	6,5
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS INTRAPARTIDÁRIOS	2	1	1	1	1,5	6,5
A INTERFERÊNCIA DO PODER POLÍTICO-FAMILIAR NA PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ	2	1	1	1	1	6
AS CANDIDATURAS FEMININAS FRAUDULENTAS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO POLÍTICA DA MULHER	1,5	1	1	1	1,5	6
CIRURGIA MEDIÚNICA: e a relatividade da liberdade de religião	1,5	1,5	1	1	1	6
CRISE DE REPRESENTATIVIDADE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: FORMAS ALTERNATIVAS DE CONTENÇÃO DO RETROCESSO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	2	1	1	1	1	6

DESACORDOS MORAIS, DESACORDOS TEÓRICOS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A MORALIDADE DA COMUNIDADE POLÍTICA NA SOLUÇÃO DE DESACORDOS MORAIS NO STF	1	1	1	1	2	6
EFEITO BACKLASH E O SEU IMPACTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL.	2	1	1	1	1	6
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL CONVENCIONAL: LEI DE ANISTIA E A POSSÍVEL SUPERAÇÃO DA ADPF 153	1	1	1	1	2	6
O fundamentalismo religioso decorrente do fenômeno neopentecostal na política: Uma análise acerca da adequação do argumento religioso à esfera pública.	1	1	1	1	2	6
O RISCO DE DESVIRTUAMENTO DA AÇÃO POPULAR: SUA UTILIZAÇÃO COMO MERO INSTRUMENTO DE OPOSIÇÃO POLÍTICA	1,5	1	1	1	1,5	6
A Atividade Notarial e Registral Como Instrumento de Acesso a Justiça e Desafios Para o seu Exercício no Estado do Ceará	1,5	1,5	1	0,9	1	5,9
A LEI DE ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA N° 9.263/96 E A GENEALOGIA DO PODER NA PRAXIS JURÍDICA HABITUAL DIANTE DO BIO-PODER E CONTROLE DOS CORPOS	2	1	0,5	0,5	1,9	5,9

A PRORROGAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19 E O SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE POLÍTICO CONSTITUCIONAL	1,9	1	1	1	1	5,9
A RUPTURA DO IDEAL DE IMPARCIALIDADE E RACIONALIDADE ATRIBUÍDO AOS JUÍZES: ATUAÇÃO DOS VIESES COGNITIVOS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL	2	0,5	0,5	0,5	2	5,5
A SEGURANÇA JURÍDICA NAS DECISÕES JUDICIAIS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI DA FICHA LIMPA	2	1	1	0,5	1	5,5
Fala Autoritária e Pós-Verdade: Os efeitos sobre a democracia do uso da desinformação como política de governo em tempos de rede social	2	0,5	1	1	1	5,5
O CONFLITO ENTRE O DIREITO NACIONAL E O DIREITO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA (IN)CONVENCIONALIDADE DA LEI DE ANISTIA E DA NECESSIDADE DO DIÁLOGO INTERJURISDICIONAL ENTRE OS TRIBUNAIS DOMÉSTICOS E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NOS JULGADOS ENVOLVENDO A REFERIDA NORMA	1,5	2	0,5	0,5	1	5,5

O JUÍZO DE APELAÇÃO CRIMINAL SOB A LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL: Uma construção da verdade a partir da oralidade.	1,5	1	1	1	1	5,5
O SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS NO ESTADO DO CEARÁ: LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DOS JUÍZES LEIGOS NA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL ESTADUAL	1,5	0,5	1,5	1	1	5,5
A (IM)POSSIBILIDADE DE HABEAS CORPUS EM RELAÇÃO A PUNIÇÕES DISCIPLINARES MILITARES NO ÂMBITO DAS FORÇAS ARMADAS À LUZ DA NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS INAURADA POR RONALD DWORKIN E DO CONFLITO ENTRE NORMAS CONSTITUCIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA RELAÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS DE ROBERT ALEXY	1	0,5	0,5	1	2	5
A (IN) EFETIVIDADE DAS DECISÕES GARANTIDORAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A tutela político-democrática da autocontenção judicial	1	1	1	1	1	5
A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E OS USOS DA ANALOGIA: Uma análise à luz da teoria de Toulmin aplicada ao Código de Processo Civil brasileiro.	1	1	1	1	1	5

A JUDICIALIZAÇÃO DA MEGAPOLÍTICA BRASILEIRA NA ERA DA PÓS-VERDADE: a atuação da Justiça Eleitoral diante do desafio das notícias falsas e da crise das instituições democráticas	2	0,5	0,5	1	1	5
A PRIVACIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA VISÃO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS.	1	1	1	1	1	5
A RELAÇÃO INTRÍNSECA DO FUNDO PARTIDÁRIO PARITÁRIO PARA MULHERES COMO PRESERVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	2	0,5	0,5	1	1	5
ANÁLISE DE IMPACTO NORMATIVO E CONSEQUÊNCIAS NO SISTEMA JURÍDICO: CONTRIBUIÇÕES DA LEGÍSTICA	1,5	1	0,5	0,5	1,5	5
AUTODEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO EM MEIO AO USO DE NOTÍCIAS FALSAS NO CENÁRIO ELEITORAL	2	0,5	0,5	1	1	5
Consórcios públicos à luz da Constituição de 1988: uma análise da experiência dos consórcios no Estado do Ceará	1,5	1	1	0,5	1	5
DISCUSSÕES ACERCA DA LEGITIMIDADE FAZENDÁRIA NO PEDIDO DE FALÊNCIA	1,5	2	0,5	0,5	0,5	5

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO x ESTADO DE EXCEÇÃO: O ativismo judicial como ferramenta da contrarrevolução jurídica no Brasil contemporâneo.	1	1	1	1	1	5
LEGITIMAÇÃO E CIBERDEMOCRACIA: ENTRE ALGORITMOS E INCLUSÃO	2	0,5	0,5	1	1	5
LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO PROCESSO ELEITORAL PÓS 1988: UMA INVESTIGAÇÃO DOS LIMITES DA DECISÃO JUDICIAL QUE INTERPRETA AS NORMAS ELEITORAIS RESTRITIVAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	2	0,5	0,5	1	1	5
O EXERCÍCIO DO VOTO EM TRÂNSITO POR POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ COMO EXPRESSÃO DA INCLUSÃO POLÍTICA E APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA	1	1	1	1	1	5
O fenômeno da judicialização da política e a necessidade de democratização do Judiciário	2	0,5	0,5	1	1	5
O MINISTÉRIO PÚBLICO ENQUANTO PRESERVADOR DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: POR UMA ATUAÇÃO CONSERVADORA	1	1	1	1	1	5
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PROTAGONISMO INSTITUCIONAL: O GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO CONHECE LIMITES?	2	0,5	0,5	1	1	5

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO POLÍTICO ELEITORAL: AS DEMOCRACIAS ESTÃO EM RISCO?

2 0,5 0,5 1 1 5

Os limites da vida: uma análise acerca da ADPF 442 e da (in)competência do STF para julgamento da ação

1 1 1 1 1 5

PARA UM ENSINO JURÍDICO

TRASFORMADOR: RECONSTRUINDO O FENÔMENO JURÍDICO ORIENTADO NA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

1 1 1 1 1 5

PELA APLICABILIDADE DO MODELO

TOULMIN NA ANÁLISE DO DEVERCONSTITUCIONAL DE FUNDAMENTAÇÃO: OPERAÇÃO EXPRESSO 150 E O DECISIONISMO SIMBÓLICO

1 1 1 1 1 5

PODER CONSTITUINTE SISTÊMICO:

Perspectivas sobre os movimentos sociais e a música de protesto de Chico Buarque na Constituição de 1988

1 1 1 1 1 5

SOBERANIA POPULAR E A CRISE

REPRESENTATIVA: uma análise da ineficácia do sistema eleitoral baseado no sistema proporcional e nos partidos políticos

1 1 1 1 1 5

TEOLOGIA DA DOMINAÇÃO NO

PROCESSO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO TESE NO TSE SOBRE ABUSO DE PODER RELIGIOSO

1 1 1 1 1 5

APAC: MODELO REAFIRMADOR DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS DIANTE O ENCARCERAMENTO FEMININO PELO TRÁFICO DE DROGAS	1,5	1	0,5	0,5	1	4,5
AS TELEVISÕES LEGISLATIVAS ESTADUAIS: COMO AS FAKE NEWS PODEM GERAR PERDA DE AUTENTICIDADE REPRESENTATIVA E OS DESAFIOS DO CONTROLE DEMOCRÁTICO EXTERNO.	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5
O ATIVISMO JUDICIAL E A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: ANÁLISE DOS CASOS ADO 26 E MI 4733	1,5	1	0,5	0,5	1	4,5
A EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTINADA AS MULHERES REFUGIADAS NO BRASIL	1	0,5	0,5	1	1	4
A qualidade da função jurisdicional do Estado	1,5	0,5	0,5	0,5	1	4
ANÁLISE CRÍTICA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA A PARTIR DO PLURALISMO POLÍTICO E DA EVOLUÇÃO DO PLURIPARTIDARISMO	1	1	0	1	1	4
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PODER CONSTITUINTE DIFUSO NO ÂMBITO DA ADI No 4.277 DF E MC - ADC No 43 DF	2	0,5	0,5	0,5	0,5	4

FORO PARA O PROGRESSO E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL (PROSUL) E A CONCRETIZAÇÃO DE UM NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO	0	1	1	1	1	4
LEGITIMIDADE DA INVESTIDURA EM CARGO POLÍTICO POR PARLAMENTAR POR NOMEAÇÃO EXECUTIVA	1	0,5	0,5	1	1	4
O MODELO TOULMIN DE ARGUMENTAÇÃO ENQUANTO ALTERNATIVA DE PRESERVAÇÃO DA RACIONALIDADE DA DECISÃO JUDICIAL EM FACE DAS DESCOBERTAS DA NEUROCIÊNCIA COGNITIVA	1	0,5	0,5	1	1	4
O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO COMO PARADIGMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NO ESTADO DEMOCRÁTICO: ANÁLISE JURÍDICA DO PROJETO DE LEI No 1057/2007	2	0,5	0,5	0,5	0,5	4
DIREITO DE FAMÍLIA SOB UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM CONFLITOS DE GUARDA DE CRIANÇAS NO BRASIL	1,5	0,5	0,5	0,5	0,5	3,5

AÇÕES DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: DIAGNÓSTICO E DEFICIÊNCIAS DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À IGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO.						0
AS MUDANÇAS NO GOVERNO FEDERAL E A FORMAÇÃO DAS PAUTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI EM DIREITO DO TRABALHO						0

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 03, MESTRADO, Prof. Glauco)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLEMÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
A prática da argumentação no Direito: o paralelo entre a Decisão Judicial fundamentada e a teoria da argumentação de Toulmin	2	2	2	2	2	10
A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO ADVOGADO NO ESTADO DO BRASIL COLONIAL: ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO ATUANTES NO TERRITÓRIO QUE ATUALMENTE COMPÕE O ESTADO BRASILEIRO DO CEARÁ ENTRE 1699 E 1822	2	2	2	2	1	9
A SÚMULA Nº 63 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ: A (IN)EXISTÊNCIA DE UM CRITÉRIO EXCEPCIONAL PARA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO	2	2	1,5	1,5	2	9

A TEORIA DOS PRECEDENTES EM UMA ÉPOCA SEM PRECEDENTES: PANDEMIA DE COVID-19, SEGURANÇA JURÍDICA, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DO DIREITO	2	2	1,5	1,5	2	9
A TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES E A EFICÁCIA VINCULANTE NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2	2	1,5	1,5	2	9
AS VIÚVAS PROPRIETÁRIAS: A CONDIÇÃO JURÍDICA DA MULHER NO CEARÁ SETECENTISTA	2	2	2	2	1	9
Indeterminação do sentido das Normas Jurídicas e Hermenêutica Constitucional: Uma análise da legitimidade democrática dos discursos judiciais na utilização do método da Interpretação Conforme a Constituição.	2	2	1,5	1,5	2	9
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE DECISÕES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO	2	1	2	2	2	9

O PROTAGONISMO DA DECISÃO JUDICIAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO: REFLEXÕES HERMENÊUTICAS SOBRE A (RE)ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO A PARTIR DO DIREITO FUNDAMENTAL À UMA DECISÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA.	2	2	2	1	2	9
A CONSTITUCIONALIDADE DO JUIZ DAS GARANTIAS: NOVA FUNÇÃO DENTRO DO PROCESSO PENAL E SUA APTIDÃO PARA EFETIVAR DIREITOS FUNDAMENTAIS.	2	1,5	1,5	1,5	2	8,5
A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA.	2	1,5	1	2	2	8,5
DIRIGISMO CONSTITUCIONAL NO BRASIL: MEMÓRIA E PROJETO, EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVA NA CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUINTE DE 1988	2	1	1,5	2	2	8,5
MEDIAÇÃO JURÍDICA MODERNA: MÉTODO ALIADO A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	2	1,5	1,5	1,5	2	8,5
O JUIZ DAS GARANTIAS NA CONSTITUIÇÃO E NA PRÁTICA: ANÁLISE DA EFETIVA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM COMARCAS DE VARA ÚNICA NO MARANHÃO	1,5	2	1,5	1,5	2	8,5

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO PENAL: O PARADIGMA DA EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA EM FACE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	2	2	1	1,5	2	8,5
ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA INCIDÊNCIA NO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS 124 306/RJ.	2	2	1,5	1,5	1	8
BUSCA DE PADRÕES PARA A SEPARAÇÃO ENTRE JUSTIÇA E SOLIPSISMO NO ÂMBITO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO: BASES PARA UM MODELO QUE NORTEIE AS DECISÕES JURÍDICAS NACIONAIS	2	1,5	1,5	1,5	1,5	8
DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM JUÍZO UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DAS DECISÕES EXARADAS PELA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS	2	1,5	1,5	1,5	1,5	8
ESTADO DE EXCEÇÃO E BIOPOLÍTICA: O CASO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO CEARENSES DE 1932	1	2	2	2	1	8
O IMPACTO JURÍDICO-POLÍTICO DA PRISÃO PREVENTIVA EM ANO ELEITORAL	2	1	1	2	2	8

TELEAUDIÊNCIAS CRIMINAIS: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DA EFETIVIDADE	2	2	1	1	2	8
DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS: OS LIMITES DO CONTROLE DISCIPLINAR SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	2	1	1	1,8	2	7,8
A RESSIGNIFICAÇÃO DO JUIZ NATURAL DIANTE DA COOPERAÇÃO JURÍDICA NACIONAL: GARANTIAS PROCESSUAIS E TUTELA JURISDICCIONAL EFETIVA	2	1	1	1,5	2	7,5
DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE: REGULAÇÃO DAS FAKE NEWS À LUZ DO PLURALISMO POLÍTICO	2	1	1	1,5	2	7,5
DO RECONHECIMENTO À EFETIVIDADE: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E SEU POTENCIAL PARA SOLUCIONAR LITÍGIOS ESTRUTURAIS NO BRASIL.	1	2	1	1,5	2	7,5
O CONTROLE JUDICIAL DA IMUNIDADE PARLAMENTAR NA INTERNET: OS PARLAMENTARES SÃO PROTEGIDOS PELA IMUNIDADE NA DIVULGAÇÃO DE FAKE NEWS?	2	1	1	2	1,5	7,5

O PODER PRINCIPESCO E A ORDEM DA GRAÇA NA AMÉRICA PORTUGUESA: ASPECTOS DA FLEXIBILIDADE JURÍDICA NOS INSTITUTOS JURÍDICOS DA DISPENSA DA LEI, DO PERDÃO RÉGIO E DA CONCESSÃO DE MERCÊS, SÉCULOS XVII-XIX	2	1	1	2	1,5	7,5
SEGURANÇA JURÍDICA DAS DECISÕES JUDICIAIS COM USO DA JURIMETRIA DIGITAL	2	1	1	1,4	2	7,4
DEMOCRACIA HACKEADA: DADOS E DESINFORMAÇÃO EM CAMPANHAS ELEITORAIS	2	1	1	1,3	2	7,3
A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E O DIREITO FUNDAMENTAL AO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO: parâmetros para o controle judicial de atos legislativos que violem normas regimentais.	2	1,5	1	1	1,5	7
AUTOCONTENÇÃO SOCIAL DO DISCURSO DE ÓDIO NO BRASIL: PARÂMETROS PARA UM CONTROLE POPULAR DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	1,5	1,5	1	1,5	1,5	7
DEMOCRACIA E FAKE NEWS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO NO VOTO E NO PROCESSO REPRESENTATIVO ELEITORAL BRASILEIRO	2	1	1	1,5	1,5	7

DO SUFRAGISMO À CONSTITUINTE: REFLEXÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO PROCESSO DE (RE)DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA SOB O ENFOQUE FEMINISTA.	1	2	1	1	2	7
OS IMPACTOS DO EFEITO BACKLASH E DAS MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO	2	1	1,5	1,5	1	7
PSEUDOTUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DECORRENTE DA LEGISLAÇÃO PENAL SIMBÓLICA	2	1	1	1,5	1,5	7
O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	1,5	0,9	1,8	0,9	1,7	6,8
ANÁLISE SOBRE A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA – CEARÁ.	2	1	1	1,7	1	6,7
CANNABIS NO BRASIL: UMA QUESTÃO DE POLÍCIA E DE SAÚDE PÚBLICA	2	1,5	1	1	1	6,5
CONCEITO E EFICÁCIA DO PRECEDENTE JUDICIAL NO BRASIL	2	1,5	1	1	1	6,5
O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO	2	1	1	1,5	1	6,5

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E A ATIVIDADE DOS MEDIADORES E CONCILIADORES COMO FORMA DE ACESSO A JUSTIÇA NO ESTADO DO CEARÁ	1,5	1,5	1	1	1,5	6,5
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS INTRAPARTIDÁRIOS	2	1	1	1	1,5	6,5
A INTERFERÊNCIA DO PODER POLÍTICO-FAMILIAR NA PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ	2	1	1	1	1	6
AS CANDIDATURAS FEMININAS FRAUDULENTAS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO POLÍTICA DA MULHER	1,5	1	1	1	1,5	6
CIRURGIA MEDIÚNICA: e a relatividade da liberdade de religião	1,5	1,5	1	1	1	6
CRISE DE REPRESENTATIVIDADE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: FORMAS ALTERNATIVAS DE CONTENÇÃO DO RETROCESSO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	2	1	1	1	1	6

DESACORDOS MORAIS, DESACORDOS TEÓRICOS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A MORALIDADE DA COMUNIDADE POLÍTICA NA SOLUÇÃO DE DESACORDOS MORAIS NO STF	1	1	1	1	2	6
EFEITO BACKLASH E O SEU IMPACTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL.	2	1	1	1	1	6
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL CONVENCIONAL: LEI DE ANISTIA E A POSSÍVEL SUPERAÇÃO DA ADPF 153	1	1	1	1	2	6
O fundamentalismo religioso decorrente do fenômeno neopentecostal na política: Uma análise acerca da adequação do argumento religioso à esfera pública.	1	1	1	1	2	6
O RISCO DE DESVIRTUAMENTO DA AÇÃO POPULAR: SUA UTILIZAÇÃO COMO MERO INSTRUMENTO DE OPOSIÇÃO POLÍTICA	1,5	1	1	1	1,5	6
A Atividade Notarial e Registral Como Instrumento de Acesso a Justiça e Desafios Para o seu Exercício no Estado do Ceará	1,5	1,5	1	0,9	1	5,9
A LEI DE ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 9.263/96 E A GENEALOGIA DO PODER NA PRAXIS JURÍDICA HABITUAL DIANTE DO BIO-PODER E CONTROLE DOS CORPOS	2	1	0,5	0,5	1,9	5,9

A PRORROGAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19 E O SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE POLÍTICO CONSTITUCIONAL	1,9	1	1	1	1	5,9
A RUPTURA DO IDEAL DE IMPARCIALIDADE E RACIONALIDADE ATRIBUÍDO AOS JUÍZES: ATUAÇÃO DOS VIESES COGNITIVOS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL	2	0,5	0,5	0,5	2	5,5
A SEGURANÇA JURÍDICA NAS DECISÕES JUDICIAIS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI DA FICHA LIMPA	2	1	1	0,5	1	5,5
Fala Autoritária e Pós-Verdade: Os efeitos sobre a democracia do uso da desinformação como política de governo em tempos de rede social	2	0,5	1	1	1	5,5
O CONFLITO ENTRE O DIREITO NACIONAL E O DIREITO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA (IN)CONVENCIONALIDADE DA LEI DE ANISTIA E DA NECESSIDADE DO DIÁLOGO INTERJURISDICCIONAL ENTRE OS TRIBUNAIS DOMÉSTICOS E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NOS JULGADOS ENVOLVENDO A REFERIDA NORMA	1,5	2	0,5	0,5	1	5,5

O JUÍZO DE APELAÇÃO CRIMINAL SOB A LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL: Uma construção da verdade a partir da oralidade.	1,5	1	1	1	1	5,5
O SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS NO ESTADO DO CEARÁ: LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DOS JUÍZES LEIGOS NA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL ESTADUAL	1,5	0,5	1,5	1	1	5,5
A (IM)POSSIBILIDADE DE HABEAS CORPUS EM RELAÇÃO A PUNIÇÕES DISCIPLINARES MILITARES NO ÂMBITO DAS FORÇAS ARMADAS À LUZ DA NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS INAURADA POR RONALD DWORKIN E DO CONFLITO ENTRE NORMAS CONSTITUCIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA RELAÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS DE ROBERT ALEXY	1	0,5	0,5	1	2	5
A (IN) EFETIVIDADE DAS DECISÕES GARANTIDORAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A tutela político-democrática da autocontenção judicial	1	1	1	1	1	5
A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E OS USOS DA ANALOGIA: Uma análise à luz da teoria de Toulmin aplicada ao Código de Processo Civil brasileiro.	1	1	1	1	1	5

A JUDICIALIZAÇÃO DA MEGAPOLÍTICA BRASILEIRA NA ERA DA PÓS-VERDADE: a atuação da Justiça Eleitoral diante do desafio das notícias falsas e da crise das instituições democráticas	2	0,5	0,5	1	1	5
A PRIVACIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA VISÃO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS.	1	1	1	1	1	5
A RELAÇÃO INTRÍNSECA DO FUNDO PARTIDÁRIO PARITÁRIO PARA MULHERES COMO PRESERVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	2	0,5	0,5	1	1	5
ANÁLISE DE IMPACTO NORMATIVO E CONSEQUÊNCIAS NO SISTEMA JURÍDICO: CONTRIBUIÇÕES DA LEGÍSTICA	1,5	1	0,5	0,5	1,5	5
AUTODEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO EM MEIO AO USO DE NOTÍCIAS FALSAS NO CENÁRIO ELEITORAL	2	0,5	0,5	1	1	5
Consórcios públicos à luz da Constituição de 1988: uma análise da experiência dos consórcios no Estado do Ceará	1,5	1	1	0,5	1	5
DISCUSSÕES ACERCA DA LEGITIMIDADE FAZENDÁRIA NO PEDIDO DE FALÊNCIA	1,5	2	0,5	0,5	0,5	5

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO x ESTADO DE EXCEÇÃO: O ativismo judicial como ferramenta da contrarrevolução jurídica no Brasil contemporâneo.

LEGITIMAÇÃO E CIBERDEMOCRACIA: ENTRE ALGORITMOS E INCLUSÃO
LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO PROCESSO ELEITORAL PÓS 1988: UMA INVESTIGAÇÃO DOS LIMITES DA DECISÃO JUDICIAL QUE INTERPRETA AS NORMAS ELEITORAIS RESTRITIVAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O EXERCÍCIO DO VOTO EM TRÂNSITO POR POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ COMO EXPRESSÃO DA INCLUSÃO POLÍTICA E APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA

O fenômeno da judicialização da política e a necessidade de democratização do Judiciário

O MINISTÉRIO PÚBLICO ENQUANTO PRESERVADOR DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: POR UMA ATUAÇÃO CONSERVADORA

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PROTAGONISMO INSTITUCIONAL: O GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO CONHECE LIMITES?

1	1	1	1	1	5
2	0,5	0,5	1	1	5
2	0,5	0,5	1	1	5
1	1	1	1	1	5
2	0,5	0,5	1	1	5
1	1	1	1	1	5
2	0,5	0,5	1	1	5

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO POLÍTICO ELEITORAL: AS DEMOCRACIAS ESTÃO EM RISCO?

2 0,5 0,5 1 1 5

Os limites da vida: uma análise acerca da ADPF 442 e da (in)competência do STF para julgamento da ação

1	1	1	1	1	5
---	---	---	---	---	---

PARA UM ENSINO JURÍDICO TRANSFORMADOR: RECONSTRUINDO O FENÔMENO JURÍDICO ORIENTADO NA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

1	1	1	1	1	5
---	---	---	---	---	---

PELA APLICABILIDADE DO MODELO TOULMIN NA ANÁLISE DO DEVERCONSTITUCIONAL DE FUNDAMENTAÇÃO: OPERAÇÃO EXPRESSO 150 E O DECISIONISMO SIMBÓLICO

1	1	1	1	1	5
---	---	---	---	---	---

PODER CONSTITUINTE SISTÊMICO: Perspectivas sobre os movimentos sociais e a música de protesto de Chico Buarque na Constituição de 1988

1	1	1	1	1	5
---	---	---	---	---	---

SOBERANIA POPULAR E A CRISE REPRESENTATIVA: uma análise da ineficácia do sistema eleitoral baseado no sistema proporcional e nos partidos políticos

1	1	1	1	1	5
---	---	---	---	---	---

TEOLOGIA DA DOMINAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO TESE NO TSE SOBRE ABUSO DE PODER RELIGIOSO	1	1	1	1	1	5
APAC: MODELO REAFIRMADOR DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS DIANTE O ENCARCERAMENTO FEMININO PELO TRÁFICO DE DROGAS	1,5	1	0,5	0,5	1	4,5
AS TELEVISÕES LEGISLATIVAS ESTADUAIS: COMO AS FAKE NEWS PODEM GERAR PERDA DE AUTENTICIDADE REPRESENTATIVA E OS DESAFIOS DO CONTROLE DEMOCRÁTICO EXTERNO.	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5
O ATIVISMO JUDICIAL E A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: ANÁLISE DOS CASOS ADO 26 E MI 4733	1,5	1	0,5	0,5	1	4,5
A EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTINADA AS MULHERES REFUGIADAS NO BRASIL	1	0,5	0,5	1	1	4
A qualidade da função jurisdicional do Estado	1,5	0,5	0,5	0,5	1	4
ANÁLISE CRÍTICA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA A PARTIR DO PLURALISMO POLÍTICO E DA EVOLUÇÃO DO PLURIPARTIDARISMO	1	1	0	1	1	4

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PODER CONSTITUINTE DIFUSO NO ÂMBITO DA ADI Nº 4.277 DF E MC - ADC Nº 43 DF FORO PARA O PROGRESSO E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL (PROSUL) E A CONCRETIZAÇÃO DE UM NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO

LEGITIMIDADE DA INVESTIDURA EM CARGO POLÍTICO POR PARLAMENTAR POR NOMEAÇÃO EXECUTIVA

O MODELO TOULMIN DE ARGUMENTAÇÃO ENQUANTO ALTERNATIVA DE PRESERVAÇÃO DA RACIONALIDADE DA DECISÃO JUDICIAL EM FACE DAS DESCOBERTAS DA NEUROCIÊNCIA COGNITIVA

O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO COMO PARADIGMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NO ESTADO DEMOCRÁTICO: ANÁLISE JURÍDICA DO PROJETO DE LEI Nº 1057/2007

DIREITO DE FAMÍLIA SOB UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM CONFLITOS DE GUARDA DE CRIANÇAS NO BRASIL

2	0,5	0,5	0,5	0,5	4
0	1	1	1	1	4
1	0,5	0,5	1	1	4
1	0,5	0,5	1	1	4
2	0,5	0,5	0,5	0,5	4
1,5	0,5	0,5	0,5	0,5	3,5

AÇÕES DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: DIAGNÓSTICO E DEFICIÊNCIAS DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À IGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO.						0
AS MUDANÇAS NO GOVERNO FEDERAL E A FORMAÇÃO DAS PAUTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI EM DIREITO DO TRABALHO						0

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 03, MESTRADO, Prof. Thiago)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLEMÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO ADVOGADO NO ESTADO DO BRASIL COLONIAL: ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO ATUANTES NO TERRITÓRIO QUE ATUALMENTE COMPÕE O ESTADO BRASILEIRO DO CEARÁ ENTRE 1699 E 1822	2	2	2	2	1	9
A prática da argumentação no Direito: o paralelo entre a Decisão Judicial fundamentada e a teoria da argumentação de Toulmin	2	1,5	1,5	2	2	9
A SÚMULA Nº 63 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ: A (IN)EXISTÊNCIA DE UM CRITÉRIO EXCEPCIONAL PARA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO	2	2	1,5	1,5	2	9
A TEORIA DOS PRECEDENTES EM UMA ÉPOCA SEM PRECEDENTES: PANDEMIA DE COVID-19, SEGURANÇA JURÍDICA, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DO DIREITO	2	2	1,5	1,5	2	9

A TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES E A EFICÁCIA VINCULANTE NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2	2	1,5	1,5	2	9
AS VIÚVAS PROPRIETÁRIAS: A CONDIÇÃO JURÍDICA DA MULHER NO CEARÁ SETECENTISTA	2	2	2	2	1	9
Indeterminação do sentido das Normas Jurídicas e Hermenêutica Constitucional: Uma análise da legitimidade democrática dos discursos judiciais na utilização do método da Interpretação Conforme a Constituição.	2	2	1,5	1,5	2	9
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE DECISÕES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO	2	1	2	2	2	9
O PROTAGONISMO DA DECISÃO JUDICIAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO: REFLEXÕES HERMENÊUTICAS SOBRE A (RE)ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO A PARTIR DO DIREITO FUNDAMENTAL À UMA DECISÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA.	2	2	2	1	2	9

A CONSTITUCIONALIDADE DO JUIZ DAS GARANTIAS: NOVA FUNÇÃO DENTRO DO PROCESSO PENAL E SUA APTIDÃO PARA EFETIVAR DIREITOS FUNDAMENTAIS.	2	1,5	1,5	1,5	2	8,5
A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA.	2	1,5	1	2	2	8,5
DIRIGISMO CONSTITUCIONAL NO BRASIL: MEMÓRIA E PROJETO, EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVA NA CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUINTE DE 1988	2	1	1,5	2	2	8,5
MEDIAÇÃO JURÍDICA MODERNA: MÉTODO ALIADO A PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	2	1,5	1,5	1,5	2	8,5
O JUIZ DAS GARANTIAS NA CONSTITUIÇÃO E NA PRÁTICA: ANÁLISE DA EFETIVA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL EM COMARCAS DE VARA ÚNICA NO MARANHÃO	1,5	2	1,5	1,5	2	8,5
PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO PENAL: O PARADIGMA DA EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA EM FACE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	2	2	1	1,5	2	8,5

ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA INCIDÊNCIA NO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS 124 306/RJ.	2	2	1,5	1,5	1	8
BUSCA DE PADRÕES PARA A SEPARAÇÃO ENTRE JUSTIÇA E SOLIPSISMO NO ÂMBITO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO: BASES PARA UM MODELO QUE NORTEIE AS DECISÕES JURÍDICAS NACIONAIS	2	1,5	1,5	1,5	1,5	8
DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM JUÍZO UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DAS DECISÕES EXARADAS PELA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS	2	1,5	1,5	1,5	1,5	8
ESTADO DE EXCEÇÃO E BIOPOLÍTICA: O CASO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO CEARENSES DE 1932	1	2	2	2	1	8
O IMPACTO JURÍDICO-POLÍTICO DA PRISÃO PREVENTIVA EM ANO ELEITORAL	2	1	1	2	2	8
TELEAUDIÊNCIAS CRIMINAIS: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DA EFETIVIDADE	2	2	1	1	2	8

DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS: OS LIMITES DO CONTROLE DISCIPLINAR SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	2	1	1	1,8	2	7,8
A RESSIGNIFICAÇÃO DO JUIZ NATURAL DIANTE DA COOPERAÇÃO JURÍDICA NACIONAL: GARANTIAS PROCESSUAIS E TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA	2	1	1	1,5	2	7,5
DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE: REGULAÇÃO DAS FAKE NEWS À LUZ DO PLURALISMO POLÍTICO	2	1	1	1,5	2	7,5
DO RECONHECIMENTO À EFETIVIDADE: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E SEU POTENCIAL PARA SOLUCIONAR LITÍGIOS ESTRUTURAIS NO BRASIL.	1	2	1	1,5	2	7,5
O CONTROLE JUDICIAL DA IMUNIDADE PARLAMENTAR NA INTERNET: OS PARLAMENTARES SÃO PROTEGIDOS PELA IMUNIDADE NA DIVULGAÇÃO DE FAKE NEWS?	2	1	1	2	1,5	7,5
O PODER PRINCIPESCO E A ORDEM DA GRAÇA NA AMÉRICA PORTUGUESA: ASPECTOS DA FLEXIBILIDADE JURÍDICA NOS INSTITUTOS JURÍDICOS DA DISPENSA DA LEI, DO PERDÃO RÉGIO E DA CONCESSÃO DE MERCÊS, SÉCULOS XVII-XIX	2	1	1	2	1,5	7,5

SEGURANÇA JURÍDICA DAS DECISÕES JUDICIAIS COM USO DA JURIMETRIA DIGITAL	2	1	1	1,4	2	7,4
DEMOCRACIA HACKEADA: DADOS E DESINFORMAÇÃO EM CAMPANHAS ELEITORAIS	2	1	1	1,3	2	7,3
A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E O DIREITO FUNDAMENTAL AO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO: parâmetros para o controle judicial de atos legislativos que violem normas regimentais.	2	1,5	1	1	1,5	7
AUTOCONTENÇÃO SOCIAL DO DISCURSO DE ÓDIO NO BRASIL: PARÂMETROS PARA UM CONTROLE POPULAR DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	1,5	1,5	1	1,5	1,5	7
DEMOCRACIA E FAKE NEWS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO NO VOTO E NO PROCESSO REPRESENTATIVO ELEITORAL BRASILEIRO	2	1	1	1,5	1,5	7
DO SUFRAGISMO À CONSTITUINTE: REFLEXÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO PROCESSO DE (RE)DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA SOB O ENFOQUE FEMINISTA.	1	2	1	1	2	7

OS IMPACTOS DO EFEITO BACKLASH E DAS MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO	2	1	1,5	1,5	1	7
PSEUDOTUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DECORRENTE DA LEGISLAÇÃO PENAL SIMBÓLICA	2	1	1	1,5	1,5	7
O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	1,5	0,9	1,8	0,9	1,7	6,8
ANÁLISE SOBRE A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA – CEARÁ.	2	1	1	1,7	1	6,7
CANNABIS NO BRASIL: UMA QUESTÃO DE POLÍCIA E DE SAÚDE PÚBLICA	2	1,5	1	1	1	6,5
CONCEITO E EFICÁCIA DO PRECEDENTE JUDICIAL NO BRASIL	2	1,5	1	1	1	6,5
O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO	2	1	1	1,5	1	6,5
OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E A ATIVIDADE DOS MEDIADORES E CONCILIADORES COMO FORMA DE ACESSO A JUSTIÇA NO ESTADO DO CEARÁ	1,5	1,5	1	1	1,5	6,5

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS INTRAPARTIDÁRIOS	2	1	1	1	1,5	6,5
A INTERFERÊNCIA DO PODER POLÍTICO-FAMILIAR NA PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ	2	1	1	1	1	6
AS CANDIDATURAS FEMININAS FRAUDULENTAS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO POLÍTICA DA MULHER	1,5	1	1	1	1,5	6
CIRURGIA MEDIÚNICA: e a relatividade da liberdade de religião	1,5	1,5	1	1	1	6
CRISE DE REPRESENTATIVIDADE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: FORMAS ALTERNATIVAS DE CONTENÇÃO DO RETROCESSO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	2	1	1	1	1	6
DESACORDOS MORAIS, DESACORDOS TEÓRICOS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A MORALIDADE DA COMUNIDADE POLÍTICA NA SOLUÇÃO DE DESACORDOS MORAIS NO STF	1	1	1	1	2	6
EFEITO BACKLASH E O SEU IMPACTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL.	2	1	1	1	1	6

MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL
CONVENCIONAL: LEI DE ANISTIA E A
POSSÍVEL SUPERAÇÃO DA ADPF 153

O fundamentalismo religioso decorrente
do fenômeno neopentecostal na política:
Uma análise acerca da adequação do
argumento religioso à esfera pública.

O RISCO DE DESVIRTUAMENTO DA AÇÃO
POPULAR: SUA UTILIZAÇÃO COMO MERO
INSTRUMENTO DE OPOSIÇÃO POLÍTICA

A Atividade Notarial e Registral Como
Instrumento de Acesso a Justiça e
Desafios Para o seu Exercício no Estado
do Ceará

A LEI DE ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº
9.263/96 E A GENEALOGIA DO PODER NA
PRAXIS JURÍDICA HABITUAL DIANTE DO
BIO-PODER E CONTROLE DOS CORPOS

A PRORROGAÇÃO DAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DECORRENTE DA PANDEMIA
DA COVID-19 E O SISTEMA
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE POLÍTICO CONSTITUCIONAL

A RUPTURA DO IDEAL DE
IMPARCIALIDADE E RACIONALIDADE
ATRIBUÍDO AOS JUÍZES: ATUAÇÃO DOS
VIESES COGNITIVOS NO PROCESSO DE
TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL

1	1	1	1	2	6
1	1	1	1	2	6
1,5	1	1	1	1,5	6
1,5	1,5	1	0,9	1	5,9
2	1	0,5	0,5	1,9	5,9
1,9	1	1	1	1	5,9
2	0,5	0,5	0,5	2	5,5

A SEGURANÇA JURÍDICA NAS DECISÕES JUDICIAIS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI DA FICHA LIMPA	2	1	1	0,5	1	5,5
Fala Autoritária e Pós-Verdade: Os efeitos sobre a democracia do uso da desinformação como política de governo em tempos de rede social	2	0,5	1	1	1	5,5
O CONFLITO ENTRE O DIREITO NACIONAL E O DIREITO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA (IN)CONVENCIONALIDADE DA LEI DE ANISTIA E DA NECESSIDADE DO DIÁLOGO INTERJURISDICIONAL ENTRE OS TRIBUNAIS DOMÉSTICOS E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NOS JULGADOS ENVOLVENDO A REFERIDA NORMA	1,5	2	0,5	0,5	1	5,5
O JUÍZO DE APELAÇÃO CRIMINAL SOB A LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL: Uma construção da verdade a partir da oralidade.	1,5	1	1	1	1	5,5
O SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS NO ESTADO DO CEARÁ: LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DOS JUÍZES LEIGOS NA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL ESTADUAL	1,5	0,5	1,5	1	1	5,5

A (IM)POSSIBILIDADE DE HABEAS CORPUS EM RELAÇÃO A PUNIÇÕES DISCIPLINARES MILITARES NO ÂMBITO DAS FORÇAS ARMADAS À LUZ DA NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS INAURADA POR RONALD DWORKIN E DO CONFLITO ENTRE NORMAS CONSTITUCIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA RELAÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS DE ROBERT ALEXY

1

0,5

0,5

1

2

5

A (IN) EFETIVIDADE DAS DECISÕES GARANTIDORAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A tutela político-democrática da autocontenção judicial

1

1

1

1

1

5

A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E OS USOS DA ANALOGIA: Uma análise à luz da teoria de Toulmin aplicada ao Código de Processo Civil brasileiro.

1

1

1

1

1

5

A JUDICIALIZAÇÃO DA MEGAPOLÍTICA BRASILEIRA NA ERA DA PÓS-VERDADE: a atuação da Justiça Eleitoral diante do desafio das notícias falsas e da crise das instituições democráticas

2

0,5

0,5

1

1

5

A PRIVACIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA VISÃO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS.

1

1

1

1

1

5

A RELAÇÃO INTRÍNSECA DO FUNDO PARTIDÁRIO PARITÁRIO PARA MULHERES COMO PRESERVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	2	0,5	0,5	1	1	5
ANÁLISE DE IMPACTO NORMATIVO E CONSEQUÊNCIAS NO SISTEMA JURÍDICO: CONTRIBUIÇÕES DA LEGÍSTICA	1,5	1	0,5	0,5	1,5	5
AUTODEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO EM MEIO AO USO DE NOTÍCIAS FALSAS NO CENÁRIO ELEITORAL	2	0,5	0,5	1	1	5
Consórcios públicos à luz da Constituição de 1988: uma análise da experiência dos consórcios no Estado do Ceará	1,5	1	1	0,5	1	5
DISCUSSÕES ACERCA DA LEGITIMIDADE FAZENDÁRIA NO PEDIDO DE FALÊNCIA	1,5	2	0,5	0,5	0,5	5
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO x ESTADO DE EXCEÇÃO: O ativismo judicial como ferramenta da contrarrevolução jurídica no Brasil contemporâneo.	1	1	1	1	1	5
LEGITIMAÇÃO E CIBERDEMOCRACIA: ENTRE ALGORITMOS E INCLUSÃO	2	0,5	0,5	1	1	5
LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO PROCESSO ELEITORAL PÓS 1988: UMA INVESTIGAÇÃO DOS LIMITES DA DECISÃO JUDICIAL QUE INTERPRETA AS NORMAS ELEITORAIS RESTRITIVAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	2	0,5	0,5	1	1	5

O EXERCÍCIO DO VOTO EM TRÂNSITO POR POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ COMO EXPRESSÃO DA INCLUSÃO POLÍTICA E APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA

O fenômeno da judicialização da política e a necessidade de democratização do Judiciário

O MINISTÉRIO PÚBLICO ENQUANTO PRESERVADOR DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: POR UMA ATUAÇÃO CONSERVADORA

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PROTAGONISMO INSTITUCIONAL: O GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO CONHECE LIMITES?

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO POLÍTICO ELEITORAL: AS DEMOCRACIAS ESTÃO EM RISCO?

Os limites da vida: uma análise acerca da ADPF 442 e da (in)competência do STF para julgamento da ação

PARA UM ENSINO JURÍDICO TRANSFORMADOR: RECONSTRUINDO O FENÔMENO JURÍDICO ORIENTADO NA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

1	1	1	1	1	5
2	0,5	0,5	1	1	5
1	1	1	1	1	5
2	0,5	0,5	1	1	5
2	0,5	0,5	1	1	5
1	1	1	1	1	5
1	1	1	1	1	5

PELA APLICABILIDADE DO MODELO TOULMIN NA ANÁLISE DO DEVERCONSTITUCIONAL DE FUNDAMENTAÇÃO: OPERAÇÃO EXPRESSO 150 E O DECISIONISMO SIMBÓLICO

1

1

1

1

1

5

PODER CONSTITUINTE SISTÊMICO: Perspectivas sobre os movimentos sociais e a música de protesto de Chico Buarque na Constituição de 1988

1

1

1

1

1

5

SOBERANIA POPULAR E A CRISE REPRESENTATIVA: uma análise da ineficácia do sistema eleitoral baseado no sistema proporcional e nos partidos políticos

1

1

1

1

1

5

TEOLOGIA DA DOMINAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO TESE NO TSE SOBRE ABUSO DE PODER RELIGIOSO

1

1

1

1

1

5

APAC: MODELO REAFIRMADOR DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS DIANTE O ENCARCERAMENTO FEMININO PELO TRÁFICO DE DROGAS

1,5

1

0,5

0,5

1

4,5

AS TELEVISÕES LEGISLATIVAS ESTADUAIS: COMO AS FAKE NEWS PODEM GERAR PERDA DE AUTENTICIDADE REPRESENTATIVA E OS DESAFIOS DO CONTROLE DEMOCRÁTICO EXTERNO.	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5
O ATIVISMO JUDICIAL E A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: ANÁLISE DOS CASOS ADO 26 E MI 4733	1,5	1	0,5	0,5	1	4,5
A EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTINADA AS MULHERES REFUGIADAS NO BRASIL	1	0,5	0,5	1	1	4
A qualidade da função jurisdicional do Estado	1,5	0,5	0,5	0,5	1	4
ANÁLISE CRÍTICA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA A PARTIR DO PLURALISMO POLÍTICO E DA EVOLUÇÃO DO PLURIPARTIDARISMO	1	1	0	1	1	4
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PODER CONSTITUINTE DIFUSO NO ÂMBITO DA ADI No 4.277 DF E MC - ADC No 43 DF	2	0,5	0,5	0,5	0,5	4
FORO PARA O PROGRESSO E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL (PROSUL) E A CONCRETIZAÇÃO DE UM NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO- AMERICANO	0	1	1	1	1	4
LEGITIMIDADE DA INVESTIDURA EM CARGO POLÍTICO POR PARLAMENTAR POR NOMEAÇÃO EXECUTIVA	1	0,5	0,5	1	1	4

O MODELO TOULMIN DE ARGUMENTAÇÃO ENQUANTO ALTERNATIVA DE PRESERVAÇÃO DA RACIONALIDADE DA DECISÃO JUDICIAL EM FACE DAS DESCOBERTAS DA NEUROCIÊNCIA COGNITIVA	1	0,5	0,5	1	1	4
O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO COMO PARADIGMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NO ESTADO DEMOCRÁTICO: ANÁLISE JURÍDICA DO PROJETO DE LEI No 1057/2007	2	0,5	0,5	0,5	0,5	4
DIREITO DE FAMÍLIA SOB UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM CONFLITOS DE GUARDA DE CRIANÇAS NO BRASIL	1,5	0,5	0,5	0,5	0,5	3,5
AÇÕES DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: DIAGNÓSTICO E DEFICIÊNCIAS DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À IGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO.						0
AS MUDANÇAS NO GOVERNO FEDERAL E A FORMAÇÃO DAS PAUTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI EM DIREITO DO TRABALHO						0

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 03, DOUTORADO, Prof. Raquel)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLE- MÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
A INICIATIVA PROCESSUAL PENAL DOS GOVERNADORES GERAIS DO BRASIL (SÉC. XVII)	2	2	2	2	1	9
A verdade renovada: relações entre a efetividade da jurisdição, a prova judiciária, a filosofia e a neurociência.	2	1,8	1,8	1,2	1,7	8,5
BACHARÉIS SERTANEJOS, JURISTAS NO AMAZONAS: Formação e influências do pensamento jurídico na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus (1909-1923)	2	2	2	1	1	8
POPULISMO PENAL E SEUS EFEITOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DOGMÁTICA PUNITIVISTA SOBRE A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: uma análise dialética sobre a construção jurídica do termo “prisão em segunda instância”.	2	1,3	1	2	1,5	7,8
DEMOCRACIA E JUDICIALIZAÇÃO SIMBÓLICA NA PERSECUÇÃO PENAL: AS INTERMITÊNCIAS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO CONSTITUCIONALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO	2	1,5	1	1,5	1,5	7,5

CONTORNOS DE UMA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA FUNDADA NA AFETIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS AFETOS NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES POR MEIO DO MODELO TOULMIN	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
DESVENCILHANDO A PERSPECTIVA “ASPONE”: COMO ESTRUTURAR AS BASES ONTOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E DEONTOLÓGICA SUBJACENTES PARA UMA ESCORREITA REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
JUDICIAL REVIEW, DESACORDOS E INTEGRIDADE: IMPLICAÇÕES DA COERÊNCIA NA INTERPRETAÇÃO E NA APLICAÇÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL DO FULL BENCH	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
OBJETIVIDADE MORAL, INEFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E EROÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA TEORIA ACERCA DA INTERPRETAÇÃO DA MORALIDADE POLÍTICA DA SOCIEDADE	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
SUPERAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL E DO SEU PROCESSO DE DESPOLITIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DA DEMOCRACIA CRÍTICA	2	1,1	1	1,3	1	6,4

Coisa julgada secundum eventum litis e secundum eventum probationis: sua aplicação e efeitos na tutela de direitos coletivos em sentido amplo, à luz do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, e seus reflexos na instrumentalização do controle social dos gestores públicos.

1,5	1	1	1	1,5	6
2	1	1	1	1	6
2	1	0,9	1	1	5,9
2	1,1	1	0,4	1	5,5
2	0,5	0,5	1	1	5

DA CONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA A MULHERES INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA CONVENÇÃO 169 OIT FRENTE AO DESAFIO DA MULTICULTURALIDADE

Direito e democracia: a contribuição de Ronald Dworkin para a usurpação da soberania popular no brasil

A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS DECISÕES JUDICIAIS E A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

A CONCREÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA PARA EFETIVIDADE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO SOB A ÓTICA DA SISTEMÁTICA DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

A Extrajudicialização restaurativa: à vontade e autonomia privada na concretização da busca da pacificação social

A FUNÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS DIANTE DA ADOÇÃO DE CANDIDATURAS INDEPENDENTES: POSSIBILIDADES E ENTRAVES NOS SISTEMAS ELEITORAIS DA AMÉRICA LATINA

A Possibilidade da Desconstituição das Decisões do Supremo Tribunal Federal em Controle Concentrado de Constitucionalidade: a necessidade de criação de instrumento processual constitucional próprio para revisão das decisões do STF em controle concentrado.

DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO E EQUIPARAÇÃO DE GÊNERO

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA: o uso dos precedentes judiciais para redução da complexidade do sistema jurídico brasileiro por meio das fórmulas de coerência e redundância

O FUTURO CHEGOU: OS NOVOS DESAFIOS DO PROCESSO PENAL NO SÉCULO XXI DIANTE DA USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO ESTADO

1,5	0,5	1	1	1	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
2	1	1	0	1	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
2	0,5	1	0,5	1	5

Turma Nacional de Uniformização: análise crítica sobre a atividade jurisdicional da instância recursal extraordinária dos Juizados Especiais Federais	1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NEOCONSTITUCIONALISMO COMO IDEOLOGIA JURÍDICA HEGEMÔNICA EM NOSSOS DIAS	1	1	1	1	1	5
A DIFICULDADE DE AFERIR PROCESSOS DE RETROCESSO DEMOCÁTICO: EM BUSCA DE UM NOVO PARÂMETRO AVALIATIVO	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5
COVID-19 E ESTADO DE EXCEÇÃO SANITÁRIO: análise sobre a compulsoriedade da vacina prevista na Lei 13.979/2020	1	1	0,5	0	2	4,5
O Controle de Convencionalidade nas Decisões do Supremo Tribunal Federal e a (in)observância do Direito Humanitário Internacional: Perspectivas para um “Estado Constitucional e Humanista de Direito Brasileiro”.	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 03, DOUTORADO, Prof. Glauco)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLE- MÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
A INICIATIVA PROCESSUAL PENAL DOS GOVERNADORES GERAIS DO BRASIL (SÉC. XVII)	2	2	2	2	1	9
A verdade renovada: relações entre a efetividade da jurisdição, a prova judiciária, a filosofia e a neurociência.	2	1,8	1,8	1,2	1,7	8,5
BACHARÉIS SERTANEJOS, JURISTAS NO AMAZONAS: Formação e influências do pensamento jurídico na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus (1909-1923)	2	2	2	1	1	8
POPULISMO PENAL E SEUS EFEITOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DOGMÁTICA PUNITIVISTA SOBRE A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: uma análise dialética sobre a construção jurídica do termo “prisão em segunda instância”.	2	1,3	1	2	1,5	7,8
DEMOCRACIA E JUDICIALIZAÇÃO SIMBÓLICA NA PERSECUÇÃO PENAL: AS INTERMITÊNCIAS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO CONSTITUCIONALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO	2	1,5	1	1,5	1,5	7,5

CONTORNOS DE UMA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA FUNDADA NA AFETIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS AFETOS NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES POR MEIO DO MODELO TOULMIN	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
DESVENCILHANDO A PERSPECTIVA “ASPONE”: COMO ESTRUTURAR AS BASES ONTOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E DEONTOLÓGICA SUBJACENTES PARA UMA ESCORREITA REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
JUDICIAL REVIEW, DESACORDOS E INTEGRIDADE: IMPLICAÇÕES DA COERÊNCIA NA INTERPRETAÇÃO E NA APLICAÇÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL DO FULL BENCH	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
OBJETIVIDADE MORAL, INEFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E EROÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA TEORIA ACERCA DA INTERPRETAÇÃO DA MORALIDADE POLÍTICA DA SOCIEDADE	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
SUPERAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL E DO SEU PROCESSO DE DESPOLITIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DA DEMOCRACIA CRÍTICA	2	1,1	1	1,3	1	6,4

Coisa julgada secundum eventum litis e secundum eventum probationis: sua aplicação e efeitos na tutela de direitos coletivos em sentido amplo, à luz do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, e seus reflexos na instrumentalização do controle social dos gestores públicos.

1,5	1	1	1	1,5	6
2	1	1	1	1	6
2	1,2	1,3	0,4	1	5,9
2	1	0,9	1	1	5,9
2	0,5	0,5	1	1	5

DA CONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA A MULHERES INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA CONVENÇÃO 169 OIT FRENTE AO DESAFIO DA MULTICULTURALIDADE

A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS DECISÕES JUDICIAIS E A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

Direito e democracia: a contribuição de Ronald Dworkin para a usurpação da soberania popular no brasil

A CONCREÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA PARA EFETIVIDADE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO SOB A ÓTICA DA SISTEMÁTICA DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

A Extrajudicialização restaurativa: à vontade e autonomia privada na concretização da busca da pacificação social

A FUNÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS DIANTE DA ADOÇÃO DE CANDIDATURAS INDEPENDENTES: POSSIBILIDADES E ENTRAVES NOS SISTEMAS ELEITORAIS DA AMÉRICA LATINA

A Possibilidade da Desconstituição das Decisões do Supremo Tribunal Federal em Controle Concentrado de Constitucionalidade: a necessidade de criação de instrumento processual constitucional próprio para revisão das decisões do STF em controle concentrado.

DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO E EQUIPARAÇÃO DE GÊNERO

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA: o uso dos precedentes judiciais para redução da complexidade do sistema jurídico brasileiro por meio das fórmulas de coerência e redundância

O FUTURO CHEGOU: OS NOVOS DESAFIOS DO PROCESSO PENAL NO SÉCULO XXI DIANTE DA USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO ESTADO

1,5	0,5	1	1	1	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
2	1	1	0	1	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
2	0,5	1	0,5	1	5

Turma Nacional de Uniformização: análise crítica sobre a atividade jurisdicional da instância recursal extraordinária dos Juizados Especiais Federais	1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NEOCONSTITUCIONALISMO COMO IDEOLOGIA JURÍDICA HEGEMÔNICA EM NOSSOS DIAS	1	1	1	1	1	5
A DIFICULDADE DE AFERIR PROCESSOS DE RETROCESSO DEMOCÁTICO: EM BUSCA DE UM NOVO PARÂMETRO AVALIATIVO	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5
COVID-19 E ESTADO DE EXCEÇÃO SANITÁRIO: análise sobre a compulsoriedade da vacina prevista na Lei 13.979/2020	1	1	0,5	0	2	4,5
O Controle de Convencionalidade nas Decisões do Supremo Tribunal Federal e a (in)observância do Direito Humanitário Internacional: Perspectivas para um “Estado Constitucional e Humanista de Direito Brasileiro”.	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5

TÍTULO DO PROJETO (LINHA 03, DOUTORADO, Prof. Thiago)	ADERÊNCIA (alínea a)	PROBLE- MÁTICA (alínea b)	OBJETIVOS, REFERENCIAL (alínea c)	METODOLOGIA (alínea d)	ASPECTOS JURÍDICOS (alínea e)	TOTAL
A INICIATIVA PROCESSUAL PENAL DOS GOVERNADORES GERAIS DO BRASIL (SÉC. XVII)	2	2	2	2	1	9
A verdade renovada: relações entre a efetividade da jurisdição, a prova judiciária, a filosofia e a neurociência.	2	1,8	1,8	1,2	1,7	8,5
BACHARÉIS SERTANEJOS, JURISTAS NO AMAZONAS: Formação e influências do pensamento jurídico na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus (1909-1923)	2	2	2	1	1	8
POPULISMO PENAL E SEUS EFEITOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DOGMÁTICA PUNITIVISTA SOBRE A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: uma análise dialética sobre a construção jurídica do termo “prisão em segunda instância”.	2	1,3	1	2	1,5	7,8
DEMOCRACIA E JUDICIALIZAÇÃO SIMBÓLICA NA PERSECUÇÃO PENAL: AS INTERMITÊNCIAS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO CONSTITUCIONALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO	2	1,5	1	1,5	1,5	7,5

CONTORNOS DE UMA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA FUNDADA NA AFETIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS AFETOS NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES POR MEIO DO MODELO TOULMIN	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
DESVENCILHANDO A PERSPECTIVA “ASPONE”: COMO ESTRUTURAR AS BASES ONTOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E DEONTOLÓGICA SUBJACENTES PARA UMA ESCORREITA REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
JUDICIAL REVIEW, DESACORDOS E INTEGRIDADE: IMPLICAÇÕES DA COERÊNCIA NA INTERPRETAÇÃO E NA APLICAÇÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL DO FULL BENCH	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
OBJETIVIDADE MORAL, INEFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E EROÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA TEORIA ACERCA DA INTERPRETAÇÃO DA MORALIDADE POLÍTICA DA SOCIEDADE	1,5	1,5	1,5	1	1,5	7
SUPERAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL E DO SEU PROCESSO DE DESPOLITIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DA DEMOCRACIA CRÍTICA	2	1,1	1	1,3	1	6,4

Coisa julgada secundum eventum litis e secundum eventum probationis: sua aplicação e efeitos na tutela de direitos coletivos em sentido amplo, à luz do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, e seus reflexos na instrumentalização do controle social dos gestores públicos.

1,5	1	1	1	1,5	6
2	1	1	1	1	6
2	1,2	1,3	0,4	1	5,9
2	1	0,9	1	1	5,9
2	0,5	0,5	1	1	5

DA CONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA A MULHERES INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA CONVENÇÃO 169 OIT FRENTE AO DESAFIO DA MULTICULTURALIDADE

A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS DECISÕES JUDICIAIS E A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

Direito e democracia: a contribuição de Ronald Dworkin para a usurpação da soberania popular no brasil

A CONCREÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA PARA EFETIVIDADE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO SOB A ÓTICA DA SISTEMÁTICA DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

A Extrajudicialização restaurativa: à vontade e autonomia privada na concretização da busca da pacificação social

A FUNÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS DIANTE DA ADOÇÃO DE CANDIDATURAS INDEPENDENTES: POSSIBILIDADES E ENTRAVES NOS SISTEMAS ELEITORAIS DA AMÉRICA LATINA

A Possibilidade da Desconstituição das Decisões do Supremo Tribunal Federal em Controle Concentrado de Constitucionalidade: a necessidade de criação de instrumento processual constitucional próprio para revisão das decisões do STF em controle concentrado.

DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO E EQUIPARAÇÃO DE GÊNERO

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA: o uso dos precedentes judiciais para redução da complexidade do sistema jurídico brasileiro por meio das fórmulas de coerência e redundância

O FUTURO CHEGOU: OS NOVOS DESAFIOS DO PROCESSO PENAL NO SÉCULO XXI DIANTE DA USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO ESTADO

1,5	0,5	1	1	1	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
2	1	1	0	1	5
1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
2	0,5	1	0,5	1	5

Turma Nacional de Uniformização: análise crítica sobre a atividade jurisdicional da instância recursal extraordinária dos Juizados Especiais Federais	1,5	0,5	0,5	1	1,5	5
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NEOCONSTITUCIONALISMO COMO IDEOLOGIA JURÍDICA HEGEMÔNICA EM NOSSOS DIAS	1	1	1	1	1	5
A DIFICULDADE DE AFERIR PROCESSOS DE RETROCESSO DEMOCÁTICO: EM BUSCA DE UM NOVO PARÂMETRO AVALIATIVO	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5
COVID-19 E ESTADO DE EXCEÇÃO SANITÁRIO: análise sobre a compulsoriedade da vacina prevista na Lei 13.979/2020	1	1	0,5	0	2	4,5
O Controle de Convencionalidade nas Decisões do Supremo Tribunal Federal e a (in)observância do Direito Humanitário Internacional: Perspectivas para um “Estado Constitucional e Humanista de Direito Brasileiro”.	2	0,5	0,5	0,5	1	4,5